ENCAMINHADO A ASSEMBLÉIA...

(Conclusão da 1.ª pág.)

por essa razão, tais possibilidades em relação aos que já tenham alcançado aquela classe, pois estes, no atual sistema, usufruíram, em toda plenitude, dos benefícios referentes à promoção. Aliás, é óbvio que se os funcionários dessas classes passarem a ocupar outro cargo melhor remunerado, poderão percorrer os graus da referência a ele atribuído, oferecendo-lhes, nesse caso, o sistema proposto, novas oportunidades".

MÉRITO E TEMPO NO CARGO

Em outro ponto, ressalta a Mensagem que "especialmente no que respeita aos critérios de avaliação de condições de promoção e seu processamento, foram trasladadas para o projeto muitas das disposições da legislação atinente ao atual instituto, a fim de que a lei, ao fixar novo sistema, emprestasse à matéria disciplinação, completa e adequada. Obedecendo, como não poderia deixar de ser, às condições estabelecidas na Constituição, procurou-se, contudo, realçar no projeto, tanto quanto possível, os valores do mérito e do tempo no cargo, que são, em verdade, os dois fatores mais ponderáveis relativamente ao fim objetivado. As demais condições serão aferidas de modo que não anulem a influência dos dois fatores enunciados".

Comemorações no I. E. "Ernesto Monte"

Especialmente convidado, o prof. Michel Sawaya, diretor-geral substituto do Departamento de Educação, esteve sábado último em Bauru, onde assistiu às comemorações do dia do patrono do Instituto de Educação "Ernesto Monte", daquela localidade.

O diretor geral do D.E. aproveitou o ensejo para examinar diversos problemas escolares do município.

ESCALONAMENTO EM 6 GRAUS

De acordo com o sistema proposto, os cargos de carreira ficarão agrupados nas respectivas classes iniciais, sendo seus ocupantes distribuídos pelos diversos graus em que serão escalonadas as referências dessas mesmas classes.

O tópico da justificativa que instruiu o projeto e que elucidou, em síntese, o funcionamento do novo sistema, é o seguinte:

"As referências de vencimento em vigor serão escalonadas em 6 graus denominados "A", "B", "C", "D", "E" e "F", representados por valores crescentes à razão de 6% com relação ao imediatamente anterior.

Os acessos a esses graus dentro da referência, se realizarão automaticamente, isto é, independentemente de vaga, bastando, para isso, que sejam atingidos os limites de pontos previstos, nos termos e condições que forem estabelecidos.

Do total de pontos obtidos, serão deduzidos pontos negativos porventura existentes em virtude de faltas injustificadas ou de penalidades sofridas, o que representará estímulos à assiduidade e à disciplina.

Semestralmente, far-se-á a apuração dos pontos e, uma vez alcançado o limite correspondente ao grau imediatamente superior, o funcionário elevado a esse grau, sem qualquer outra formalidade, passando, assim, a receber os vencimentos correspondentes ao valor do mesmo.

Verifica-se, pois, que, atingidos 95 pontos, o funcionário passará ao grau "B" da referência de vencimento do seu cargo; atingidos 125 pontos, passará ao grau "C"; com 150 pontos, ao grau "D"; com 175 pontos, ao grau "E"; e, finalmente, com 200 pontos, atingirá o grau final da referência de vencimento.

Os limites de pontos acima indicados foram calculados de maneira a permitirem acesso de quatro em quatro anos, aproximadamente, salvo a ocorrência de circunstâncias que o retardem, tais como: pontos negativos, licenças, mérito reduzido, etc.

Serão beneficiados com as medidas ora propostas, inclusive, os

ocupantes de cargos do Quadro do Ensino, passando o sistema a substituir, com maiores vantagens, as antigas Gratificações de Magistério e as Quinquenais, concedidas que eram, somente, em função do tempo de serviço.

Sobre as maiores vantagens do sistema, é suficiente que se diga que os acréscimos passarão a ser em princípio, quadriennais, ao invés de quinquenais, e concedidos em base percentual que, mesmo no caso dos menores vencimentos, será superior ao "quantum" atualmente estabelecido e correspondente à vantagem a que fizerem jus.

São excluídos, por dependerem de estudos especiais, a Magistratura, o Ministério Público, os Delegados de Polícia, a Polícia Pública, a Guarda Civil e a Polícia Feminina. E' que, nesses casos o atual escalonamento dos cargos representa graus de hierarquia, o que corresponde a promoções verticais, impossibilitando a aplicação das medidas previstas no projeto como simples substituição do atual sistema de promoções".

VIGÊNCIA

O novo sistema entrará em vigor a partir do primeiro dia do semestre seguinte ao da promulgação da lei que o institui, iniciando-se nessa data o processamento da contagem de pontos dos funcionários que serão colocados nos graus superiores a que fizerem jus.

Campanha de higiene dentária

Várias medidas administrativas estão sendo estudadas pela direção do Serviço Dentário Escolar, para serem postas em prática ainda no corrente ano. Entre elas, figura a manutenção, nas várias regiões do Estado, de uma equipe da Campanha Permanente de Higiene Dentária, a fim de difundir nos diversos municípios os métodos de prevenção e profilaxia da cárie dentária, realizando-se, inclusive, palestras, simpósios e concursos de bons dentes.

Sugestões de preços mínimos para...

(Conclusão da 1.ª pág.)

cálculo e outras correções. Esta margem, diz o estudo, poderá ser a de 10%. "Dê-se modo, o preço a ser garantido no Interior seria o de Cr\$ 405,00, correspondendo, "grosso modo", a Cr\$ 490,00, pósto Santos, para o sacco de 25 quilos de amendoim em casca, tipo "2".

Arroz — Depois de considerações semelhantes às feitas para o amendoim, conclui o estudo pela base de Cr\$ 858,00 sobre o qual, aplicando-se a margem de garantia encontrar-se-ia Cr\$ 772,00 no Interior do Estado. "Como mar-

Secretário da Viação reuniu-se com prefeitos

Realizou-se, na cidade de Novo Horizonte, uma reunião do Secretário da Viação, brig. Faria Lima, com o prefeito de Sales, sr. João Paganini e Sami Eid, vice-prefeito; prefeito de Urupês, sr. Chaviv Saab; prefeito de Borborema, sr. Perotta, e vários vereadores; prefeitos de Itajobi, sr. Atílio Zanoni e de Novo Horizonte, sr. Euclides Cardoso Castilho. Nessa reunião foram tratados assuntos relativos a melhoramentos que vêm sendo realizados nesses municípios, através da Secretaria da Viação e dentro do Plano de Ação do Governo.

gem suplementar de segurança vamos estender esta base para os produtos de grãos longos efetuando o necessário desconto para o arroz de grãos médios. Para essa classe, teríamos o preço de Cr\$ 718,00. A correspondência desses preços, pósto Santos, seria aproximadamente de Cr\$ 938,00 e Cr\$ 880,00 respectivamente para os grãos longos e médios e sempre para o sacco de 60 quilos em casca, dos tipos 1 e 2. Para o produto beneficiado iríamos encontrar, para os grãos longos Cr\$ 1.210,00 no Interior e Cr\$ 1.408,00 em Santos e para a classe dos grãos médios, Cr\$ 1.120,00 e Cr\$ 1.320,00, respectivamente, no Interior e Santos.

Feijão — Seguindo o mesmo caminho, encontrou-se a base de Cr\$ 1.480,00 no Interior, equivalente em Santos, aproximadamente, a Cr\$ 1.725,00, sempre por 60 quilos para o tipo "3" das variedades de cores ou rajadas.

Milho — Foi sugerido o preço de Cr\$ 345,00, preço estendido ao milho do grupo duro. Para o grupo de grãos moles e mistos, a base seria de Cr\$ 330,00 no Interior. Em Santos, tais bases iriam corresponder "grosso modo", a Cr\$ 475,00 e Cr\$ 458,00, respectivamente, para os grupos duro e mole ou misto. Os preços se referem ao sacco de 60 quilos, do tipo 3 da classificação federal.

Soja — "Tal como já fizemos em anos anteriores, consideramos que os preços mínimos deste produto, a título de estímulo, devem ser iguais aos do feijão. Dessa forma, as bases propostas seriam de Cr\$ 1.460,00 por saca de 60 quilos no Interior do Estado, equivalente, "grosso modo", a Cr\$ 1.710,00, pósto Santos".

Girassol — Para este produto, que está necessitando de maior fomento, como acentuam os técnicos da Secretaria da Agricultura, foi proposto o mínimo de Cr\$ 11,00 por quilo, pósto Santos.

Mamona — Sugeriu-se como base de preços mínimos, Cr\$ 15,00 para o quilo da mamona pósto Santos.

DIÁRIO DO EXECUTIVO GOVÊRNO DO ESTADO

DECRETO N. 37.138, DE 24 DE AGOSTO DE 1960

PLANO DE AÇÃO — Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00, destinado a atender despesas com a execução do Plano de Ação, nos termos da Lei n. 5.444, de 17 de novembro de 1959.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — De conformidade com o artigo 6.º e seus parágrafos da Lei n. 5.444, de 17 de novembro de 1959, fica aberto na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, ao Fundo Estadual de Construções Escolares, um crédito de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para atender às obras de construção, compreendidas no Plano de Ação — Setor I — letra "A" — Educação, Cultura e Pesquisa.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, elevado de 0,14% (quatorze centésimos por cento), o limite fixado no artigo 18 da Lei n. 2.958, de 21 de janeiro de 1955.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de agosto de 1960,
CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Francisco de Paula Vicente de Azevedo
Luciano Vasconcellos de Carvalho
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de agosto de 1960.
João de Siqueira Campos
Diretor Geral, Substituto.

DECRETO N. 37.139, DE 24 DE AGOSTO DE 1960

Dispõe sobre a abertura de crédito especial na Universidade de São Paulo.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto na Universidade de São Paulo, à Faculdade de Medicina desta Capital, um crédito especial de Cr\$ 1.505.850,40 (um milhão, quinhentos e cinco mil oitocentos e cinquenta cruzeiros e quarenta centavos), destinado a ocorrer às despesas com o reequipamento da Seção Técnica do Departamento de Anatomia Patológica daquela Faculdade, destruído por incêndio.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será realizado com a indenização recebida para cobertura do sinistro aludido e decorrente da respectiva apólice de seguro.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de agosto de 1960,
CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Francisco de Paula Vicente de Azevedo
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de agosto de 1960.
João de Siqueira Campos
Diretor Geral, Substituto.

DECRETO N. 37.140, DE 24 DE AGOSTO DE 1960

Altera as tabelas explicativas do orçamento vigente

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam suplementadas na importância de Cr\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil cruzeiros), as dotações abaixo discriminadas no orçamento vigente e atribuídas a "I — Justiça Comum — A — Tribunal de Justiça".

JUIZO PRIVATIVO DE MENORES

VERBA N. 371

Pessoal

	Cr\$
8.01.0 0 Pessoal Fixo	
01 Vencimentos e remunerações	
013 Quartas ou sextas-partes...	105.000,00
016 Salário-família	60.000,00
VERBA N. 372	
Material e Serviços	
8.01.4 4 Despesas diversas	
41 Utilidades contratuais	
411 Aluguéis de imóveis	18.000,00
Total das suplementações	183.000,00

Artigo 2.º — Para atender às suplementações de que trata o artigo anterior, ficam reduzidas no mesmo orçamento, verbas, códigos e dependências não mencionadas, as seguintes dotações:

JUIZO PRIVATIVO DE MENORES

VERBA N. 371

Pessoal

	Cr\$
8.01.0 0 Pessoal Fixo	
05 Gratificações	
059 Abono provisório	45.900,00
08 Prêmios	
081 Vantagem pecuniária da licença-prêmio	120.000,00
VERBA N. 372	
Material e Serviços	
8.01.4 4 Despesas diversas	
42 Serviços de conservação	
424 Veículos e arreamentos	18.000,00
Total das reduções	183.000,00

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1960.
CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Francisco de Paula Vicente de Azevedo
José Avila Diniz Junqueira
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de agosto de 1960.
João de Siqueira Campos — Diretor Geral, Substituto.